

Entre amadorismo e profissionalismo: as tensões da prática histórica no século XIX

Manoel Luiz Salgado Guimarães

*“L’Institut n’est pas un théâtre où l’on brille, mais un atelier
où l’on travaille laborieusement à huis clos”*

Dr. Cerise¹

A afirmação do século XIX como o século da história adquiriu o estatuto de uma afirmação que parece não comportar maiores questionamentos. Dois supostos parecem assegurar para este século o privilégio de estar associado ao século da história por excelência: o fato de que em suas primeiras décadas o conhecimento do passado torna-se tarefa de uma disciplina com todas as implicações daí decorrentes — um método, um aprendizado e uma carreira —; a crença de que a experiência humana explica-se a partir do próprio movimento da história, que, nos seus desdobramentos, vai desvelando o sentido e a razão da existência humana, tornada desta forma eminentemente histórica. Uma vez assegurado o sentido e a lógica do devir histórico pela filosofia da História do século XVIII, finalmente o passado humano pode se constituir numa totalidade dotada de sentido, aquilo que Koselleck denominará a história em si.² Pouco se considera, no entanto, o fato de que este procedimento disciplinar com relação à História resulta de uma intensa disputa pelo monopólio da fala com relação ao passado. Longe de uma natureza, o passado se constitui em objeto de disputa mobilizando interesses políticos e de conhecimento numa rede complexa em que, se o saber pode significar poder, é também do lugar do poder que se tecem saberes a respeito dos tempos pretéritos. Entronizada em um panteon, a História disciplinar refaz sua trajetória apresentando este percurso como um desenvolvimento natural do conhecimento em busca de cientificização, apagando os traços que inscrevem este procedimento no mundo históri-

co, tornando-se a própria memória da disciplina. Se a prática historiográfica requer uma interrogação dos procedimentos de construção da memória, por que não submetermos a própria disciplina a esta investigação, como forma de compreendê-la como uma produção temporal das sociedades humanas?

A afirmação de um dos membros do Instituto Histórico de Paris na assembléia geral de 27 de novembro de 1840, e que serve de epígrafe ao presente artigo, expressa com bastante clareza a tensão em que vivia a instituição francesa criada com a monarquia de julho, a partir de 1830, na esteira de um movimento de valorização do estudo e da pesquisa histórica. Nas palavras de Furet, Luis Felipe, da dinastia de Orléans, que chega ao poder com o movimento de julho de 1830, é o primeiro monarca “de uma dinastia sem passado”,³ uma vez que busca fundar a legitimidade de seu poder não na existência atemporal de uma casa dinástica ou nos direitos da aristocracia, mas numa constituição escrita que deve indicar as bases deste poder. O passado será preocupação por excelência deste novo regime, voltado para fundar em tempos remotos a legitimidade de uma criação recente: a Nação francesa saída da Revolução de 1789. O rei é agora o rei dos franceses, tornando-se imprescindível que estes mesmos franceses tenham e conheçam a sua história, ocupação acadêmica a ser administrada pelo Estado, mas também tarefa política com relação aos usos do passado. Ao lado da criação de instituições ocupadas em organizar o conhecimento sobre o passado, o historiador ministro, Guizot, que assume a pasta da Instrução Pública, implementa a reforma do sistema escolar, proposta no mesmo ano de 1833 em que são criadas as duas instituições na capital francesa, voltadas para esta finalidade. A reforma previa um maior controle laico sobre a educação ainda que sem desprezar o trabalho e a presença da Igreja, não obstante sua formação religiosa protestante. Este esforço em relação ao cuidado com o passado se expressa ainda pela preocupação relativa a outras instituições de memória que são reorganizadas a partir dos novos interesses com relação ao passado.⁴ O debate envolvendo saberes considerados indispensáveis à prática do ofício de historiador, como a diplomática, dão bem a medida de como antigas competências relativas aos manuscritos do passado são ressignificadas a partir das novas exigências da escrita

de uma história nacional. Assim, o mesmo ministro Guizot incentiva a publicação da obra de Natalis de Wailly intitulada *Elementos de Paleografia* como forma de difundir aqueles conhecimentos considerados indispensáveis à leitura de manuscritos antigos inéditos sobre a história da França, sobretudo relativos à Idade Média.⁵ No Congresso de História organizado pelo Instituto Histórico de Paris no ano de 1838, Auguste Savagner, um ex-aluno da Escola de Chartes, reformada poucos meses antes da Revolução de Julho de 1830, apresenta um extenso trabalho a respeito do significado e importância da diplomática, assim como de seus progressos a partir da obra dos monges beneditinos, considerada um marco. Marcando a diferença em relação ao projeto de Guizot, com quem disputa a legitimidade de fala a respeito do passado agora nacional, a instituição parisiense reafirma no espaço de seu congresso a importância do tema para a contemporaneidade dos estudos históricos assim como para a sua significação política. O argumento central do autor aponta no sentido de destacar a importância deste saber para as novas demandas exigidas pela prática de pesquisa e conhecimento do passado: para ele, sua contribuição seria fundamental no sentido de auxiliar o historiador em sua tarefa de “julgar de forma abalizada os atos públicos ou privados”,⁶ numa clara afirmação de um compromisso moral da tarefa do historiador. Como competência indispensável ao exercício da crítica histórica, a diplomática poderia contribuir para estabelecer de forma clara e inequívoca a verdade do passado. Resultado de uma afirmação definitiva do documento escrito como base para a escrita da história, o autor ressalta ainda que a pesquisa documental poderia suprir os silêncios de outros monumentos do passado. Segundo outro participante do referido Congresso, Dufey de l’Yvonne, uma instituição dedicada ao estudo da diplomática seria especialmente necessária num momento em que o passado parece ser objeto de intensa disputa política e, portanto, segundo ele, sujeito a falsificações de toda ordem: “Neste século de egoísmo e especulação, industriais mais cúpidos do que esclarecidos, especulam com a admiração e interesse dos contemporâneos pelas coisas da Idade Média”.⁷ À História caberia a tarefa de estabelecer com rigor a verdade dos fatos deste passado medieval. Tarefa política e uso do passado combinam-se na reelaboração de sentido para um saber e uma prática.

A tensão sugerida pela citação inicial está presente não apenas no âmbito interno do próprio Instituto Histórico de Paris, como também pode ser compreendida pela concorrência com outras associações com finalidade semelhante, embora de caráter distinto. Como parte deste movimento, pelo qual a História se transforma em poderosa arma política, no mesmo ano de 1833 em que o Instituto Histórico de Paris é criado, Guizot, ocupando o cargo de ministro da Instrução Pública e, àquela altura, historiador consagrado por seus trabalhos, encabeçava o Comitê de membros fundadores de uma outra sociedade cultural voltada para as preocupações com a História: a *Société de l'Histoire de France*. Do grupo fundador, além de Guizot, outros historiadores participaram, como Barante e Thiers e, segundo o projeto inicial, a Sociedade teria como finalidade primeira a publicação dos *Documentos originais da História da França*. O documento, que registra o nascimento desta associação voltada para a edição e publicação de fontes para a história nacional francesa, fazia questão de registrar a inovação deste trabalho de coleta, organização, crítica e publicidade para as fontes documentais. Diferentemente do trabalho dos eruditos, do qual marcam desde o início sua diferença, ainda que reconheçam a importância do trabalho realizado e acumulado ao longo de dois séculos de pesquisa, o trabalho da Sociedade estaria voltado para um público maior, além de organizada de forma mais sistemática e por isso mesmo mais apta para o trabalho daqueles que se dispunham ao exercício da crítica histórica. À erudição própria dos beneditinos de Saint Maur, contrapunha-se uma atividade de profissionais da História, cujo trabalho deveria necessariamente visar a um público, que formulava, à prática da História, demandas novas e diferentes, de acordo com um mundo política e socialmente distinto, cujo divisor de águas era sem dúvida a experiência de 1789. As antigas coleções, objeto da prática do antiquarianismo e vindas à luz a partir de critérios próprios da cultura destes eruditos, deveriam agora ser reorganizadas segundo um claro critério, definido a partir dos princípios formulados por uma geração voltada para a construção política e simbólica da nação francesa, cujo ponto de referência continuava sendo a inovação revolucionária, mas que agora deveria integrar a esta história o passado pré-1789, num processo em que a Revolução pudesse transformar-se definitivamente em

História e não mais em objeto de disputas e projetos políticos contemporâneos.

Na verdade, a crítica à erudição e ao trabalho dos antiquários como modelo maior de uma prática histórica em franco descrédito, não era novidade empreendida pelos historiadores do século XIX. Ela, assim como a crítica à pretensa falta de sentido na forma como tratavam a História, resultara, sobretudo, da ação dos filósofos da História no século XVIII e de sua crítica sistemática às regras e procedimentos peculiares aos eruditos.⁸ O verbete da *Enciclopédia* dedicado ao tema parece indicar com clareza as fronteiras da erudição no conjunto dos conhecimentos modernos impondo um novo sentido que articula erudição e conhecimento desinteressado, desprovido de finalidade e utilidade, critério fundamental ao qual as atividades humanas devem se subordinar nesta modernidade em construção. “A utilidade é o grande ídolo do tempo” afirmava Schiller em sua segunda carta a respeito da educação estética do homem e prosseguia: “quer ser servida por todas as forças e cultuada por todos os talentos. Nesta balança grosseira, o mérito espiritual da arte nada pesa, e ela, roubada de todo estímulo, desaparece do ruidoso mercado do século. Até o espírito de investigação filosófica arranca uma a uma, as províncias da imaginação, e as fronteiras da arte vão se estreitando à medida que a ciência amplia as suas.”⁹

Entendida desta forma, também a história deve revelar um sentido que lhe seja próprio e intrínseco, e por isto mesmo objetivo, como forma não apenas de justificar as atividades de seu conhecimento como uma pragmática para o presente. O mesmo texto da *Enciclopédia* ao condenar a erudição pela sua falta de utilidade para o presente também a via como prisioneira da imaginação e da memória, faculdades menos nobres para o conhecimento do passado do que a razão dos filósofos. Ganhar a história para a razão, banindo a imaginação, assegurava um projeto moderno de escrita do passado, submetendo-o às exigências do presente.

O gosto pelas obras do “bel esprit” e o estudo das ciências exatas sucedeu entre nós o gosto existente entre nossos ancestrais pela erudição. As razões? Parece-me que os temas gerais da erudição estão como que esgotados em virtude do grande número de letrados que se tem ocupado desta matéria; não resta muito a fazer neste campo e os objetos de investigação ainda exis-

tentes, sendo pouco importantes, são impróprios para despertar a curiosidade. As descobertas no campo da física e da matemática demandam mais exercícios da parte dos espíritos, mas o campo também o é mais atraente, mais vasto e por isso estimula o amor próprio pelas dificuldades que apresenta.¹⁰

Ao se distanciarem desta tradição, apontando os seus limites, mas também formulando uma maneira própria de incorporação desta mesma tradição pela via das “ciências auxiliares da História”, os historiadores da geração romântica pretendem para o exercício do ofício um novo estatuto, novas regras e procedimentos, cujo vetor indica o sentido desta atividade para as novas coletividades nacionais em formação. A clara presença do Estado na formulação, na organização e na administração da História, segundo as novas exigências, parece evidente e, no primeiro *Boletim* da Sociedade, é publicado o projeto de Guizot, apresentado ao rei, para o financiamento da pesquisa de fontes históricas significativas para a escrita da história da França. Este mesmo volume ainda estampa em seu título *Revue de l'Histoire et des Antiquités Nationales*, recuperando numa nova formulação o termo antiguidades. Agora, merecem este qualificativo não apenas os restos materiais das culturas clássicas da Antiguidade, mas também as marcas do passado nacional, agora legitimadas pelo termo de “antiguidade” e por isso mesmo igualmente merecedoras da atenção e cuidado da pesquisa histórica. Reelaboração da tradição, agora segundo novas demandas. Este novo sentido conferido ao trabalho com a História pode ser bem ilustrado pelas páginas de Augustin Thierry, um dos muitos historiadores desta geração da primeira metade do século XIX, ele também colaborador de Guizot, quando, de maneira clara, formula sua compreensão desta tarefa afirmando:

A história nacional é para todos os homens de um mesmo país uma espécie de propriedade comum; é uma porção do patrimônio moral que cada geração que desaparece lega àquela que a substitui; nenhuma deve transmiti-la da mesma maneira que recebeu, mas todas têm por dever acrescentar algo a este patrimônio em termos de certeza e em clareza... De onde viemos, para onde vamos? Estas duas grandes interrogações: o passado e o futuro político preocupam-nos agora.¹¹

O sentido político conferido à História por esta geração de historiadore-políticos é mais do que evidente: para além do passado, o que estava em jogo era a produção de um sentido para o futuro desta comunidade nacional, tentando ler neste passado um certo destino possível, garantindo a coesão social para o presente.

Voltemos, contudo ao Instituto Histórico de Paris e ao debate que gerara a afirmação do dr. Cerise, formulada no momento em que se discutia acerca da conveniência ou não de uma maior abertura da associação de letrados para um público externo. Na verdade, a discussão espelhava uma forte crise institucional que se arrastava havia alguns anos e com repercussões inclusive sobre as finanças do Instituto Histórico. Já no seu primeiro ano de vida o Instituto Histórico operava com déficit orçamentário, que, para ser contornado segundo a avaliação de seus dirigentes, demandava o aumento de seu quadro de sócios em pelo menos 400 novos membros. Ou, segundo outras sugestões apresentadas e discutidas, solicitando aos membros com fortuna que contribuíssem para diminuição dos problemas de caixa do Instituto a partir de gestões realizadas pelos integrantes do Comitê e acionando o capital social de que pudessem dispor. Tudo a ser realizado de tal forma a não dar uma imagem de falência do Instituto de maneira a não comprometer a arregimentação de novos sócios. No intuito de contornar a situação, os membros associados concordaram com a nomeação de um administrador para o Instituto, M. Meuzi, que expõe um plano no sentido de dar maior visibilidade à instituição e aos trabalhos nela realizados. Como parte destes esforços sugere então a realização de pelo menos uma assembleia geral mensal aberta ao público, o que provoca reações contrárias como a expressa pelo dr. Cerise, e também a modificação do nome do jornal do Instituto, projeto apresentado na sessão seguinte, em 28 de dezembro de 1840, e cuja discussão ocuparia os trabalhos de sucessivas assembleias até a votação e escolha do novo nome *L'Investigateur* na assembleia de 26 de fevereiro de 1841. Nas palavras do administrador, “o que é urgente é lhe dar publicidade, tornando-o útil: ele não teve até o presente momento outros leitores senão os próprios membros do Instituto e alguns raros assinantes. Seria um crime abandoná-lo neste círculo”.¹²

As duas sugestões apontavam numa mesma direção: tornar mais pública a atuação do Instituto Histórico de Paris, abrindo a associação e suas

atividades para além do círculo de letrados e eruditos que a integravam, alterando desta forma o perfil institucional da prática da História engendrada no seu interior. Por este caminho, o que se projetava era tornar a associação e seu órgão informativo “úteis” assegurando-lhes uma pragmática para os novos tempos.

Enquanto a Sociedade, incentivada por Guizot a partir dos interesses de uma política de Estado, pressupunha, desde seu começo, a dimensão pública e visível de seu trabalho além de poder contar com recursos orçamentários públicos, esta não parece ter sido a característica principal da instituição criada por Eugene Garay de Monglave em 1833. A tensão entre as exigências de uma maior profissionalização e o tratamento da História como uma atividade de diletantes e amadores, fica patente no interior do Instituto Histórico pela disputa entre os que desejam abri-lo e profissionalizá-lo, para isso tendo que enfrentar inclusive os desafios financeiros para a manutenção da instituição e aqueles que preferem-na como agremiação de pares devotados ao estudo da História. Interna e externamente são, portanto, inúmeros os desafios para a afirmação do Instituto.

Do ponto de vista de sua concepção de História, expressa já quando de sua fundação, podemos perceber uma perspectiva que o situa num campo diverso daquele que marcaria a fundação da Sociedade de História da França. Enquanto esta claramente se situava numa perspectiva de incentivo e pesquisa da história nacional francesa, podemos ainda vislumbrar na fundação de sua contemporânea — o Instituto Histórico — uma preocupação que o vincularia mais às heranças da história filosófica com pretensões universais, própria da cultura do dezoito. Ao filiar a criação do Instituto Histórico de Paris a uma tradição de sociedades e academias de letrados existentes na França, a ata da primeira assembléia geral, realizada no dia 23 de março de 1834, procura ressaltar que esta filiação não significa, no entanto, que o Instituto não se coloque novas finalidades, sobretudo em decorrência de uma avaliação pouco satisfatória a respeito da presença dos estudos históricos nestas academias “savantes”. Por outro lado, a História é entendida principalmente em sua dimensão universal, capaz de desvendar a marcha do conjunto da humanidade.

O estudo da história em seu estado atual não estaria marcado pela falta de um sentido de universalidade sem o qual ela pode ser especial, mas jamais

aquilo que ela deve ser, isto é geral, dedicando-se ao estudo dos fenômenos que concorram para a formação e marcha das grandes aglomerações humanas? Convenhamos, este caráter de universalidade está como que em expectativa e numa espécie de repouso aparente.¹³

A partir deste diagnóstico que aponta para a necessidade de uma História de caráter eminentemente universal, o primeiro projeto de organização das sessões do Instituto Histórico de Paris contemplava uma diversidade significativa de interesses e temas, que teoricamente deveriam ser abarcados pelos estudiosos reunidos à rua de Saint-Pères, 14. Desde uma história das revoluções da massa terrestre, da história natural dos reinos mineral, vegetal e animal, passando pela história das raças no mundo, dos usos e costumes dos povos — herança talvez de Voltaire e sua *Histoire des moeurs* — a história política e das instituições e chegando finalmente em sua décima segunda e última sessão a uma história geral da França, um grande painel a respeito da história da civilização era o que parecia mobilizar as energias intelectuais de um grupo de letrados reunidos em torno do Instituto Histórico de Paris. Seu projeto universalista pressupunha ainda que a instituição deveria constituir uma rede internacional com sociedades congêneres de forma a viabilizar esta escrita de uma história com pretensões verdadeiramente universais: “Tendo sido fundado o Instituto Histórico com um sentido geral de utilidade, a primeira condição de sua existência é de ter em todos os países membros que possam apoiar e incentivar seus esforços”.¹⁴

Como parte deste projeto pode-se compreender o interesse do Instituto Histórico de Paris em manter relações com o IHGB a partir de sua fundação, que passava assim a integrar uma vasta rede de associações culturais e de membros correspondentes espalhados pelo mundo. O debate em torno do número de classes que deveriam compor o Instituto Histórico de Paris, e que havia sido formulado por sugestão do secretário perpétuo Eugène de Monglave, ocuparia toda a segunda sessão da Assembléia do Instituto Histórico, com a apresentação de propostas no sentido de reduzir todas as classes a apenas uma de “história geral”, passando por outras que faziam variar o número entre duas, três ou seis classes. A sugestão de Michelet é enfim votada e adotada, passando o Instituto a contar com seis classes: História geral, História das ciências sociais e filosóficas, História

das línguas e das literaturas, História das ciências físicas e matemáticas, História das Belas Artes e História da França. Em algumas das propostas apresentadas e discutidas apareciam ainda a geografia e a cronologia como classes separadas e concebidas numa perspectiva complementar por combinarem espacialização e temporalização no tratamento dos fenômenos, ainda que desde o século XVIII esta última disciplina estivesse em franco processo de crise.¹⁵

Por outro lado o procedimento de combinar, no interior de uma mesma instituição, interesses tão diversificados, parecia apontar para a permanência de uma tradição antiquária, quando ainda não se operara uma nítida separação dos campos de conhecimento. O estudo e interesse pela história ainda não se restringem à sua dimensão política, modelo por excelência da narrativa histórica oitocentista. No interior do Instituto o estudo das línguas, literaturas e mesmo das artes ainda encontra espaço a dividir com a crescente predominância de uma história nacional.

A uma perspectiva mais universalista, preocupada com uma história da civilização em sentido amplo, segundo o interesse da pesquisa antiquária, as exigências e pressões de uma história nacional, organizada por uma prática que concebe o ofício do historiador a partir dos padrões de uma ciência. Dois modelos institucionais distintos, duas práticas diversas, duas maneiras de conceber a escrita histórica convivendo num mesmo espaço e tempo. A partir desta disputa pelo passado e sua escrita produzem-se também os sentidos para o presente. A definição de uma legitimidade de fala acerca do passado implicava disputas no presente, disputas estas e tensões que se expressavam em diferentes momentos da vida destas duas instituições e que implicavam um maior ou menor reconhecimento por parte do Estado das atividades de História de cada um destes modelos institucionais.

Desde o segundo ano de suas atividades, o Instituto Histórico de Paris passou a organizar anualmente um Congresso, cujos trabalhos girariam em torno de questões previamente apresentadas como tema de discussão. Segundo o presidente do Instituto, M. Buchez, caberia ao Congresso a tarefa de “popularizar o Instituto e de lhe assegurar uma longa vida.”¹⁶ Contudo, nesta mesma reunião do Conselho, que regularia a execução das atividades do Congresso, as divergências assomam: de um lado os partidários

de um papel ativo das diferentes classes do Instituto no sentido de apresentarem as questões que seriam objeto de debate; de outro, a posição do secretário-perpétuo, M. Monglave, segundo o qual, utilizando-se de uma linguagem metafórica, a luz não deveria partir dos pontos da circunferência, mas exatamente de seu centro, para desta maneira justificar o papel de uma comissão central encarregada da formulação destas questões. Sua posição é vitoriosa e, dos três membros escolhidos para integrarem a referida comissão, dois eram partidários de suas posturas. Aliás, ao longo dos primeiros anos de vida da instituição, as posições do secretário perpétuo serão em muitos momentos objeto de acesa crítica, sobretudo acerca do seu papel centralizador na condução das atividades do Instituto Histórico de Paris.

Mas é o reconhecimento público, através das autoridades da capital francesa, o que busca o Instituto Histórico. A reunião do Comitê do Instituto, de 11 de março de 1835, decide encaminhar ao prefeito da região do Sena uma carta solicitando dependências no Hotel de Ville, sede da administração pública de Paris, para realização das atividades do Congresso, primeira de uma série de iniciativas, inicialmente com algum sucesso, de aproximar o Instituto das autoridades públicas. Esta relação vai tornando-se mais difícil ao longo dos anos, pelo que se pode deprender da leitura da documentação, ainda que esta seja comedida em suas avaliações a respeito destas dificuldades, não apenas no tocante à administração da cidade de Paris como também e, sobretudo, na sua relação com o Ministério da Instrução Pública. Na reunião de 30 de junho de 1836 do Conselho do Instituto é relatada a visita ao prefeito da região do Sena, M. Rambuteau, quando os membros do Instituto são informados de que as dependências da prefeitura da capital francesa, o “Hotel de Ville” — e, mais precisamente, a sala Saint-Jean — não estaria mais disponível para a realização dos congressos. No ano de 1837, sequer o pedido de audiência do Instituto junto ao prefeito, para solicitação das dependências, foi respondido.

Outro ponto de tensões entre o Instituto Histórico de Paris e as autoridades públicas, especialmente o Ministério da Instrução Pública, dizia respeito aos cursos planejados pelo Instituto e que dependiam de autorização oficial para sua efetiva realização. A carta a ser endereçada ao ministro

foi objeto de leitura na sessão de 20 de outubro de 1838 do Conselho, e lembrava as autoridades de que os estatutos aprovados pelo governo previam a realização dos referidos cursos, para cujo funcionamento aguardavam a respectiva autorização desde o mês de março do mesmo ano. A resposta do Ministério não poderia ser pior para as pretensões de um certo grau de legitimidade oficial para as atividades do Instituto: o ministro da Instrução, M. Salvandy, informa que a partir das consultas feitas junto ao Ministério do Interior, constatou-se a inexistência legal do Instituto Histórico de Paris, uma vez que não foi constituído a partir de uma *ordonnance royale*. Desta forma seus estatutos não puderam receber autorização oficial. Quanto à permissão para os cursos, o Conselho real encarregar-se-ia do exame da referida solicitação, que termina por ser concedida ao Instituto no mês de dezembro de 1838. Os quatro primeiros cursos oferecidos versavam sobre antiguidades parisienses e ficaram a cargo de Alex Lenoir, ativo membro do instituto e que tivera papel fundamental na política de formulação de um patrimônio histórico logo após a Revolução;¹⁷ História da França, por Henri Prat; História da Filosofia, por Armand Fouquier e História da literatura francesa no século XIX, por Alphonse Fresse-Montval.

As questões apresentadas para debate nos congressos anuais são objeto de forte polêmica no interior das reuniões do Conselho, e de uma forma geral aquelas apresentadas para o primeiro Congresso ocupavam-se fundamentalmente de problemas ligados à história universal e ao encaminhamento de uma solução para a explicação do que entendiam por “civilização humana”. Estas polêmicas internas ao próprio Instituto indicam as disputas por concepções e projetos de escrita histórica, confirmando que, mesmo no interior da instituição, não afirmara ainda um cânone com relação a estes procedimentos. Os temas veiculados pelas questões apresentadas para debate deste primeiro Congresso reafirmavam as relações com uma concepção de História profundamente marcada pelo trabalho dos filósofos da História do século XVIII, mais preocupados em assegurar um sentido e uma finalidade para a reflexão histórica que pudessem mantê-la em sua dimensão de mestra. Mesmo a primeira delas e que deveria abrir os debates do primeiro Congresso só pôde ter sua redação definitivamente formulada depois de acirradas disputas: “*Quel est le but de l’histoire?* (Qual

a finalidade da história?”) foi a fórmula encontrada, depois da apresentação de outras que se perguntavam se a História teria efetivamente uma finalidade, ou qual teria sido e qual deveria ser para o futuro esta finalidade a ser definida para a História imediatamente. A primeira destas formulações é rejeitada de pronto por sugerir a possibilidade de que não tivesse, contrariando assim radicalmente as posturas dos membros reunidos em torno do Instituto Histórico de Paris. Para discutir esta primeira questão do Congresso, três expositores irão se ocupar da definição deste sentido, apontando em suas intervenções para uma perspectiva mais universalista e moralizante da história, procurando mesmo em alguns dos casos associá-la à herança do cristianismo.

A própria compreensão dos membros do Instituto Histórico de Paris acerca do significado dos congressos que passam a promover aponta nesta mesma direção. Mais do que a história particular da nação francesa, que não deixa de estar aí representada, os organizadores procuram sublinhar a dimensão universal que anima seus propósitos: “Convoquemos todas as inteligências históricas sob a mesma bandeira, com esta divisa claramente escrita: o bem e o progresso da humanidade! E plantemos esta divisa no centro natural da ciência, Paris !”¹⁸ O programa destes amantes da História parece se diferenciar pouco da perspectiva e dos ideais iluministas que herdaram da cultura do dezoito e Paris ainda parece poder continuar sendo a capital da república das letras. Uma república onde o que torna os homens iguais é o fato de partilharem objetivos intelectuais comuns, apagando desta forma as diferenças políticas em nome desta mesma igualdade. A tarefa a que podem agora se dedicar parece mais pacífica do que as exigidas da geração que teve de recorrer às armas para defesa dos seus ideais. Uma regeneração pela história.

Há quarenta e cinco anos, nesta tarde, a esta hora, a Bastilha ardia em chamas: era o sinal de uma revolução. O Vosso manifesto, Senhores, será aquela de uma destas regenerações pacíficas, que não são necessárias nem a ajuda de balas, nem se precisa confiar aos canhões.¹⁹

À História caberia esta função regeneradora e pacífica, realizando por outros meios distintos dos de 89, os ideais da regeneração humana e do corpo social. Mestre eficaz na tarefa de educar o presente a partir dos exemplos do

passado, talvez conseguindo cicatrizar as feridas abertas pela experiência revolucionária, não tendo mais que recusar o passado — ameaça inscrita no próprio movimento revolucionário — para afirmar o presente nacional. As palavras do presidente do Instituto Histórico na sessão de abertura do Primeiro Congresso realizado em 1835 não deixam dúvidas: era preciso ver na História um ensinamento moral e a importância dos fatos narrados estava justamente na possibilidade de se extrair deles uma lição, constituí-los em fonte de exemplos, inspiração para o patriotismo. As metáforas se sucedem no sentido de ligar o conhecimento da História às tarefas de orientação para o futuro, chegando mesmo o presidente a vê-la como uma bússola segura para dirigir este caminho em direção ao desconhecido.²⁰

Para além deste sentido marcadamente pragmático concebido para a História, um outro parece estar presente no horizonte do entendimento destes “literatos da História”: torná-la a dispensadora de *kléos*. O que parece evocar uma tradição antiga e recorrente, retomada por estes defensores modernos da razão: “dar novamente à história o seu caráter severo e torná-la, como outrora, a recompensa dos bons, a punição para os maus e a última razão dos homens!”²¹ Narrativa contra o esquecimento e a perecibilidade dos fatos e feitos humanos, o prêmio da eternidade pela via da memória, aquilo que constituiu a História como discurso particular frente aos desafios da vida política, da vida entre estranhos na pólis.

Estaríamos, com a criação do Instituto Histórico de Paris, diante de um “Antigo Regime” historiográfico, que teimava em persistir, ressurgindo como das cinzas, no momento da Monarquia de Julho? No seu interior circulavam aqueles que sonhavam com os ideais da restauração, tentando apagar o impacto de 1789 e o significado desta experiência para a elaboração de um novo projeto social? Certamente que poderemos encontrar nesta associação, com fortes traços aristocráticos, representantes e saudosistas destes tempos passados. Mas eles sabiam que não mais poderiam pretender a escrita da História sem considerar o que fora 89. A Monarquia de Julho não era a monarquia restaurada de 1814: entre as duas profundas mudanças haviam se operado na sociedade francesa para que o passado pudesse retornar da mesma forma. Neste sentido, mas evidentemente por caminhos diversos, partilhavam com a geração dos historiadores românti-

cos e engajados nas tarefas do Estado a certeza de que, somente pela via da História, 1789 deixaria de continuar sendo uma ameaça, o que significava compreender que incorporá-la, como passado e como História, era condição de encaminhar o futuro. Produzir um sentido, domesticando-o pela palavra do historiador, constituiu-se na tarefa por excelência destes historiadores, quer na sua prática mais associada ao que se consagrou denominar “amadora”, quer na sua versão mais profissional. A disputa implicou em vitória de uns, que no mesmo movimento começam a escrever a sua história nomeando o seu outro.

Notas

¹“O Instituto não é um teatro onde se brilha, mas uma oficina onde se trabalha laboriosamente entre quatro paredes.” 64ª Assembléia Geral do Instituto Histórico de Paris, realizada no dia 27 de novembro de 1840. Bibliothèque de l’Arsenal. Code MS 9187.

² Koselleck, Reinhart. *L’expérience de l’histoire*. Paris: Gallimard, Seuil, 1997.

³ Furet, François. La monarchie de Juillet. 1830-1848. In _____. *La Révolution Française 1770-1880*. Paris: Hachette, 1988, p. 325-379.

⁴ Theis, Laurent. Guizot et les institutions de mémoire. In NORA, Pierra (Org.). *Les lieux de mémoire*. II La Nation. Paris: Gallimard, 1986, p. 569-592.

⁵ Wailly, Natalis de. *Éléments de paléographie*. Paris: Impr. Royale, 1838.

⁶ Savagner, Auguste. *La science de la diplomatie a-t-elle fait quelques progrès depuis les Bénédictins? Quels moyens conviendrait-il d’employer pour en développer et propager les principes?* Terceira Sessão do Congresso Histórico de Paris. 19 de setembro de 1838, p. 69. (Code BNF Z-46099).

⁷ Dufey de l’Yonne. Terceira Sessão do Congresso Histórico de Paris. 19 de setembro de 1838. (Code BNF Z-46099)

⁸ “A la fin du XVIII e siècle les trois querelles, la querelle du spinozisme, la querelle de la diplomatie, la querelle des Anciens et des Modernes, s’achèvent dans un chœur final qui célèbre le sacrifice de l’érudition. Son immolation s’accompagne du succès du pyrrhonisme, du triomphe de l’histoire littéraire et philosophique.” Barret-Kriegel, Blandine. *La défaite de l’érudition*. Paris: Presses Universitaires de France, 1988, p. 280.

⁹ Schiller, Friedrich. *A educação estética do homem numa série de cartas*. São Paulo: Iluminuras, 2002, p. 22.

¹⁰ “Le goût des ouvrages de bel esprit et l’étude des sciences exactes a succédé parmi nous au goût de nos pères pour les matières de l’érudition. Les raisons ? Il me semble...que les objets ordinaires de l’érudition sont comme épuisés par le grand nombre de gens de lettres qui se sont appliqués à ce genre ; il n’y reste plus qu’à glaner et l’objet des découvertes qui sont encore à faire, étant

d'ordinaire peu important et peu propre à piquer la curiosité. La découverte dans les mathématiques e la physique demande sans doute plus d'exercice de la part de l'esprit, mais l'objet en est plus attrayant, le champ plus vaste et d'ailleurs, elles flattent davantage l'amour-propre par leurs difficultés mêmes". Apud Barret-Kriegel, Blandine. Op. cit., p. 308.

¹¹ *"L'histoire nationale est, pour tous les hommes du même pays, une sorte de propriété commune; c'est une portion du patrimoine moral que chaque génération qui disparaît lègue à celle qui la remplace; aucune ne doit la transmettre telle qu'elle l'a reçue, mais toutes ont pour devoir d'y ajouter quelque chose en certitude et en clarté"... "D'où venons-nous, où allons-nous? Ces deux grandes questions, le passé et l'avenir politiques, nous préoccupent maintenant..."* Thierry, Augustin. *Récits des temps mérovingiens précédés de considérations sur l'histoire de France*. Paris: Just Tessier, Libraire-Éditeur, 1842, p. 29-30.

¹² *"...ce qui est urgent c'est de lui donner de la publicité par le rendre utile: il n'a eu jusqu'à présent d'autres lecteurs que les membres et quelques rares abonnés. Ce serait un crime de l'abandonner dans ce cercle."* 65ª Assembléia Geral do Instituto Histórico de Paris. 28 de dezembro de 1840. Bibliothèque de L'Arsenal. Code MS 9187.

¹³ *"L'étude de l'histoire, dans l'état actuel des choses, n'est-elle pas déshéritée de ce caractère d'universalité sans lequel elle peut être intérieure, spéciale, mais jamais ce qu'elle doit être, c'est-à-dire générale et se livrant à l'examen de phénomènes qui concourent à la formation et la marche des grandes agglomérations humaines? Ce caractère d'universalité, convenons en, est encore, pour ainsi dire, en expectative, et dans une sorte de délasement apparent."* Institut Historique. Procès Verbaux des Assemblées générales et du Conseil. 1834-39. Bibliothèque de l'Arsenal. Cote MS 9185, p. 2.

¹⁴ *"L'Institut Historique etant fondé dans un bout general d'utilité, la première condition de son existence est d'avoir dans toutes les pays des membres qui appuient et secondent ses efforts."* Institut Historique de Paris. Procès Verbaux des Assemblées générales et du Conseil. 1834-39. Bibliothèque de l'Arsenal. Cote MS 9185.

¹⁵ Ver a respeito o trabalho de Wolf Lepenies. *Das Ende der Naturgeschichte. Wandel kultureller Selbstverständlichkeiten in den Wissenschaften des 18. und 19. Jahrhunderts*. München: Hanser Verlag, 1976.

¹⁶ *"...populariser l'Institut et de lui assurer une longue existence."* Ata da segunda sessão do Conselho do Instituto Histórico de Paris realizada no dia 25 de fevereiro de 1835. Bibliothèque de l'Arsenal. Cote MS 9185, p. 175.

¹⁷ Acerca do papel de Lenoir na criação do Musée des Monuments Français e de sua paixão antiquária, consultar: Haskell, Francis. *History and its images. Art and the interpretation of the past*. New Haven; London: Yale University Press, 1993. Ver também Poulot, Dominique. *Musée, nation, patrimoine 1789-1815*. Paris: Gallimard, 1997.

¹⁸ *"Enrôlez toutes les intelligences historiques sous la même bannière, avec cette devise, largement écrite: bien et progrès de l'humanité! Et plantez-la, cette bannière, dans le centre naturel de la science, à Paris!"* Congrès Historique Européen reuni à Paris, au nom de l'Institut Historique, dans la salle Saint-Jean de l'Hôtel de Ville. Paris: P.H. Krabe, 1836. (Cote BNF Z-46096).

¹⁹ “*Il y a quarante-cinq ans, ce soir, qu'à cette heure, la Bastille s'éroulait dans les flammes: ce fut le signal d'une révolution. Votre manifeste, Messieurs, ce serait celui d'une de ces régénérations pacifiques, qu'il n'est pas besoin d'attacher à des balles, ni de confier à la bouche de canons.*” Congrès Historique. *Op. cit.*, p. viii.

²⁰ Congrès Historique. *Op. cit.*, p. 2-3.

²¹ “*...redonner à l'histoire son caractère sévère, et la rendre, comme autrefois, la récompense de bons, la punition de méchants et la dernière raison des peuples!*” Congrès Historique. *Op. cit.* p. 6.

Resumo

O presente artigo discute dois diferentes projetos de constituição da escrita histórica no século XIX a partir especialmente da experiência francesa, importante modelo referencial para a constituição da disciplina no espaço acadêmico brasileiro. Ele apresenta resultados parciais de uma pesquisa realizada com acervos documentais franceses a partir da bolsa de pós-doutoramento concedida pela Capes no período 1999-2000.

Abstract

The present article focuses two different ways of writing history in XIX century France. One of this models was particularly important to understand the Brazilian historiography of the XIX century. The research was possible due to a fellowship from CAPES between 1999-2000, which enabled the work in the French archives.